FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

DAVI FERRI CANI

A RESPONSABILIDADE PENAL DE JOGADORES DE FUTEBOL ENVOLVIDOS
NA MANIPULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS

VITÓRIA
2025

DAVI FERRI CANI

A RESPONSABILIDADE PENAL DE JOGADORES DE FUTEBOL ENVOLVIDOS
NA MANIPULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Direito da
Faculdade de Direito de Vitória, como requisito
parcial para aprovação na disciplina Projeto de
Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Felipe Teixeira Schwan.

VITÓRIA
2025

DAVI FERRI CANI

A RESPONSABILIDADE PENAL DE JOGADORES DE FUTEBOL ENVOLVIDOS
NA MANIPULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Direito da
Faculdade de Direito de Vitória, como requisito
parcial para aprovação na disciplina Projeto de
Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Felipe Teixeira Schwan.

Aprovado em _____ de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Felipe Teixeira Schwan.
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Professor(a) Dr(a).
Faculdade de Direito de Vitória

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conduzir com muita sabedoria e por me proporcionar força e perseverança durante toda minha jornada acadêmica.

Aos meus pais, minha eterna gratidão por todo o apoio, carinho e dedicação incondicional. Foram eles que, com amor e esforço incansável, fazendo sempre tudo que estava ao seu alcance, estiveram ao meu lado em cada etapa dessa jornada, acreditando no meu potencial e proporcionando as melhores oportunidades.

À minha avó Inêz, que com seus ensinamentos e sabedorias, me inspirou a seguir em frente, sendo meu maior exemplo de força, motivação e encorajamento. Muito do que sou hoje carrego por causa dos valores que aprendi com ela, que permanece sendo meu maior exemplo de determinação e ternura.

À toda minha família, por todo o amor, apoio e compreensão durante os momentos de cansaço e incerteza que sempre acreditaram no meu potencial.

Ao meu orientador, Felipe Teixeira Schwan, por todo conhecimento compartilhado e pela sua dedicação e incentivo que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus amigos e a minha namorada, por todo apoio e companheirismo prestado durante toda a minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a responsabilidade penal dos jogadores de futebol envolvidos em esquemas de manipulação de apostas esportivas, prática que tem se tornado cada vez mais recorrente no cenário brasileiro, abordando a evolução histórica dos jogos de azar, o surgimento e a expansão das casas de apostas, bem como os impactos dessa prática sobre a integridade do esporte. A partir do estudo do crime de estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal, busca compreender como a conduta dos atletas pode se enquadrar nesse tipo penal conclui que, embora as sanções esportivas venham sendo aplicadas com mais frequência, ainda há fragilidade na responsabilização penal dos envolvidos, revelando a necessidade de maior rigor na aplicação da lei e de avanços legislativos que acompanhem a realidade atual das apostas esportivas no país.

Palavras-chave: Estelionato; Apostas esportivas; Manipulação de resultados; Jogadores; Direito Penal.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the criminal liability of soccer players involved in sports betting manipulation schemes, a practice that has become increasingly common in the Brazilian scenario, addressing the historical evolution of gambling, the emergence and expansion of betting houses, as well as the impacts of this practice on the integrity of the sport. Based on the study of the crime of fraud, provided for in article 171 of the Penal Code, it seeks to understand how the conduct of athletes can fall under this criminal type. It concludes that, although sports sanctions have been applied more frequently, there is still a weakness in the criminal liability of those involved, revealing the need for greater rigor in the application of the law and legislative advances that accompany the current reality of sports betting in the country.

Keywords: Fraud; Sports betting; Match-fixing; Players; Criminal law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 OS JOGOS DE AZAR AO LONGO DA HISTÓRIA.....	10
1.1 SURGIMENTO DOS JOGOS.....	10
1.2 SURGIMENTO DO MERCADO DE APOSTAS (BETS).....	13
2 AS MANIPULAÇÕES DE APOSTAS.....	17
3 ANÁLISE DA EVENTUAL PUNIÇÃO DOS ATLETAS NO CAMPO DO DIREITO PENAL.....	22
3.1 O CRIME DE ESTELIONATO.....	22
3.2 APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL NOS CASOS DE MANIPULAÇÃO DE APOSTAS.....	24
3.3 A IMPORTÂNCIA DA PUNIÇÃO PENAL NA PREVENÇÃO DE NOVOS CASOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as apostas esportivas, que antes eram vistas como entretenimento inocente entre torcedores, evoluíram para uma complexa rede de interesses financeiros, fraudes organizadas e investigações criminais envolvendo jogadores profissionais, dirigentes, apostadores e intermediários.

Com a legalização das apostas de quota fixa no Brasil por meio da Lei nº 13.756/2018, o mercado passou por um crescimento exponencial e diversas empresas estrangeiras passaram a operar no país, patrocinando clubes, competições e ganhando espaço nos meios de comunicação.

No entanto, mesmo diante da regulamentação parcial trazida por essa legislação, ainda se observava a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização e punição para práticas ilícitas que ocorrem nos bastidores do futebol, abrindo margem para que esquemas de manipulação de apostas se disseminassem, gerando lucros milionários para grupos organizados.

Dentre os casos mais notórios, destacam-se investigações que apontam o envolvimento direto de atletas profissionais, que, em troca de benefícios financeiros, aceitaram manipular resultados ou cometer atos específicos, durante as partidas, como receber cartões.

Tais práticas, embora tratadas muitas vezes apenas no âmbito esportivo, configuram condutas que podem e devem ser analisadas sob a ótica do Direito Penal, porque tais ações atentam contra a boa-fé, a livre concorrência no mercado de apostas e a confiança dos torcedores e investidores, podendo ser enquadradas em crimes como estelionato e associação criminosa, por exemplo.

Em muitos casos, os jogadores são punidos apenas por órgãos desportivos, com suspensões temporárias ou exclusão de competições, enquanto a responsabilização penal é tratada com morosidade ou sequer considerada. Esse tratamento limitado contribui para a sensação de impunidade e banalização das fraudes, além de

comprometer a efetividade do ordenamento jurídico como instrumento de preservação da moralidade e da justiça no ambiente esportivo.

Para tratar desse tema, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, será demonstrado toda a história das apostas esportivas e o seu surgimento e popularização ao longo dos anos, até obter a fama que possui nos dias atuais.

O segundo capítulo discorre sobre o surgimento da prática de manipulação de apostas, expõe exemplos de variados casos em que ocorreu o ilícito e demonstra como foram interpretados os casos perante os tribunais brasileiros.

Por fim, no terceiro capítulo, será feita uma análise das punições aplicadas e demonstrada a possibilidade de enquadramento dos ilícitos praticados na tipificação do crime de estelionato, disposto no artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

A construção deste trabalho baseou-se no método dedutivo, que permitiu, por meio do uso da lógica e da análise de leis, da Constituição e do Código Penal chegar à conclusão pretendida. A pesquisa classifica-se como bibliográfica, uma vez que se sustenta na análise de obras doutrinárias e artigos acadêmicos, o que possibilitou uma abordagem atualizada e crítica do presente tema.

Considerando o esporte como uma atividade que deveria refletir valores como integridade e fair play, questiona-se: as sanções aplicadas atualmente na prática desses crimes de manipulação de apostas são realmente suficientes?

1 OS JOGOS DE AZAR AO LONGO DA HISTÓRIA

1.1 SURGIMENTO DOS JOGOS

Ao longo dos séculos, o interesse por atividades de lazer e entretenimento acompanhou o desenvolvimento das civilizações, consolidando os jogos como uma forma de diversão e como uma atividade econômica, fazendo com que os jogos de azar ganhassem destaque, sendo transmitidos de geração em geração, seja como passatempo, seja como fonte de lucro e negócios.

Há indícios, segundo Chagas (2016, p. 14) de que a prática de jogos de azar remonta à Idade Antiga, uma vez que houve descoberta de relíquias que evidenciam sua existência em diversas civilizações, tendo sido encontrados vários vestígios desse tipo de entretenimento no Egito, na Índia e, especialmente, na ilha de Creta, na Grécia, por volta de aproximadamente 1.000 a.C. a 1.800 a.C.

Na Roma Antiga, os jogos de azar eram amplamente difundidos e integravam a vida cotidiana, como apontam pesquisas do professor de arqueologia Rodolfo Lanciani (1892, p. 14). Conta Lanciani que, durante suas escavações, ele frequentemente encontrava tabuleiros e peças esculpidas em mármore em locais de grande circulação pública, reforçando sua convicção de que essa prática era extremamente popular entre os romanos, especialmente entre aqueles que buscavam entretenimento, em momentos de repouso.

Comprova-se, ainda, que a prática de jogos de azar já existia na China por volta dos anos 2.300 a.C. Além disso, existem relatos de que a tão conhecida Muralha da China foi financiada, em partes, por uma loteria, como exposto por Ana Maria Canton (2010, p. 13):

Povos da Antiguidade, como os egípcios, os antigos chineses e os romanos, estão entre os pioneiros em matéria de jogos de azar. Faraós utilizavam tabuleiros de papiro e peças de pedra ou marfim como instrumentos divinatórios. Na China, o uso dos jogos de azar começou por volta de 2300 a.C., havendo relatos de que a construção da Grande Muralha, iniciada por volta de 221 a.C., foi em parte financiada por uma loteria.

Adentrando na Idade Moderna, com o início do Renascimento, a sociedade europeia passou por profundas transformações, especialmente no campo das ciências humanas e sociais. Como destaca Maynard (2009, p. 10), a ruptura gradual com o domínio das interpretações teológicas abriu espaço para novas formas de pensar e compreender o mundo, valorizando aspectos históricos, culturais e antropológicos. Fazendo com que esse período ficasse marcado pelo surgimento de novas bases econômicas, como o capitalismo, e o questionamento das verdades antes impostas pela religiosidade dominante.

Nesse cenário de mudanças quanto às crenças religiosas e no contexto da mudança do olhar governamental sobre as loterias, destaca-se o disposto por Pedro Enrick Moraes de Lira em sua obra (2018, p. 12):

Nessa época, a prática de jogar e o interesse por jogos ainda permanecia em pleno fervor, a população, agora começando a libertar-se da intensa crença religiosa, começa a crer em exatidões e probabilidade, a se dedicar a estudos práticos e avaliar a rentabilidade, no aspecto econômico, que o jogo poderia proporcionar. As loterias passam a ser desenvolvidas, principalmente na Europa, onde viraram uma verdadeira febre que atraía vendedores que tinham mercadorias travadas em seus estoques e precisavam de uma maneira alternativa para escoá-las. Quando os governantes passaram a observar a capacidade de geração de capital que as loterias e operadoras de sorteios poderiam gerar aos cofres públicos, mudaram sua forma de pensar, uma vez que a esta época os reinos só tinham como alternativa concreta para aumentar arrecadação através do aumento da cobrança de impostos, o que não era uma medida simpática aos cidadãos.

Como dito, as loterias, inicialmente utilizadas como forma de escoar produtos encalhados, logo chamaram a atenção dos Estados pelo seu potencial de arrecadação, fazendo com que os governantes notassem que poderiam gerar receita sem recorrer ao aumento de impostos, passando a investir na criação e na regulamentação dessas práticas, o que deu início à proliferação das loterias pelos Estados europeus modernos.

Um exemplo marcante é o da Loteria de Paris, criada por volta de 1570 e estudada por Mike Atherton (2006, p. 08), o qual relata que, em 1572, essa loteria passou a oferecer prêmios de alto valor, e o mais curioso era a forma como conciliavam a prática do jogo com o poder da Igreja Católica. Aos vencedores, a mensagem era: “Você foi o escolhido por Deus”, já aos perdedores, a frase consoladora era: “Deus

lhe conforto”, utilizando essa estratégia para tentar amenizar o conflito com a Igreja e garantir sua aprovação.

Relata Mike Atherton (2006, p. 08) que na Inglaterra, a primeira loteria surgiu em 1569, durante o reinado de Elizabeth I, e seguindo as ideias dos outros países europeus, possuía o principal objetivo de reforçar o caixa do Estado. Os prêmios variavam desde dinheiro em espécie até peças de prata e itens exclusivos produzidos por ordem da própria Rainha, o que demonstrava a importância que esse tipo de atividade começava a ganhar na economia e na cultura da época.

Os jogos de azar chegaram ao Brasil pelas mãos dos colonizadores portugueses, inicialmente como uma forma de distração para aqueles que desembarcavam em terras desconhecidas em nome do império, como destaca Lira (2018, p. 13):

Trazidos pelos colonizadores portugueses, os jogos de azar começavam a ser praticados em solo brasileiro com o simples interesse de entreter os inúmeros indivíduos que acabavam de desembarcar em mais um lugar em meio ao desconhecido em busca de novas propriedades para o império.

Com o passar do tempo, novas formas de jogos de azar foram surgindo no Brasil, sendo o jogo do bicho uma das mais populares e tradicionais. Como exposto na obra de Felipe Santos Magalhães (2005, p. 09), o jogo surgiu da seguinte maneira:

Ao comprar o ingresso de entrada para o Jardim zoológico, o visitante passaria a receber um ticket. Neste estaria impresso a figura de um animal. Pendurada num poste a cerca de 3 metros de altura, próxima ao portão de entrada do parque, estava uma caixa de madeira. Dentro desta ficava escondida a gravura de um animal, escolhida pelo Barão dentre uma lista de vinte e cinco bichos que ia da avestruz à vaca, passando pela borboleta e pelo jacaré. Neste domingo às 5 horas da tarde a caixa seria aberta e todo o público presente poderia afinal, descobrir o animal encaixotado e saber se teria direito ao prometido prêmio de 20\$000, vinte vezes o valor gasto com a entrada para o zôo. Na hora marcada, o Barão dirigiu-se até o poste, revelou a avestruz e fez a alegria de 23 sortudos visitantes.

Após esse breve relato sobre a história dos jogos de azar, podemos defini-los como uma aposta, envolvendo dinheiro ou bens, feita pelos jogadores, em que buscam, por meio da aleatoriedade, aumentar seu patrimônio. Os resultados derivados desses jogos são completamente acidentais e imprevisíveis, porém, começou a fazer parte da diversão de diversas pessoas pelo mundo.

Analisando o cenário nacional, um importante marco do desenvolvimentos das apostas no Brasil, foi a regularização do Bingo pelo Decreto nº 981 de 1993, o qual dispõe o seguinte, em seu Artigo 45 (BRASIL, 1993):

[...] I – BINGO: loteria em que se sorteiam ao acaso números de 1 a 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;
II – SORTEIO NUMÉRICO: sorteio de números, tendo por base os resultados da Loteria Federal;
III – BINGO PERMANENTE: a mesma modalidade prevista no inciso I, com autorização para ser aplicada nas condições específicas neste Decreto; IV – SIMILARES: outras modalidades Bingo e sorteio numérico poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições. [...]

Logo após a publicação desse Decreto, as casas de bingo se proliferaram rapidamente pelo país, tornando-se uma verdadeira “febre” entre a população, o que abriu caminho para um marco ainda mais significativo no cenário das apostas no Brasil, qual seja, a criação da chamada "Lei Pelé" (Lei nº 9.615/98), que possibilitou a exploração das máquinas caça-níquel no território nacional.

1.2 SURGIMENTO DO MERCADO DE APOSTAS (BETS)

Com a criação das respectivas leis, os jogos de azar começaram a estar cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, tornando-se um novo meio de diversão.

Com o passar dos tempos e o grande desenvolvimento tecnológico, a prática desses jogos começou a ser feita de novas maneiras, em especial, por meio das casas de apostas.

Diferentes dos tradicionais jogos de azar praticados antigamente na sociedade, as apostas popularmente conhecidas como “bets” surgem como uma evolução natural de tal prática, agora ancoradas em plataformas digitais que oferecem estruturas profissionalizadas e de alcance global. Tal transformação fez com que o ato de apostar deixasse de ser restrito a ambientes físicos e começasse a ser comum em

telas de computadores e celulares, facilitando fazer apostas a qualquer hora e em qualquer lugar.

Uma das explicações para tamanha expansão da popularização das bets, de acordo com Olmeda (2010, p. 28), é a seguinte:

Também as mudanças sociais e a crise econômica parecem ser outros dos motivos pelos quais o setor está crescendo. A população busca um tipo de ócio mais econômico e que lhe permita auferir rendas extras. Dessa forma, a internet converteu-se no principal canal de comunicação do século XXI, o que permitiu que um novo perfil de jogadores, que buscam uma parcela a mais de entretenimento e se conformam com prêmios pequenos, apareçam no mercado. Não apenas incrementou-se a capacidade dos jogadores apostar online (inclusive do conforto de suas casas), motivando a criação de fóruns e blogs onde os apostadores podem, além de discutir seus prognósticos, ter acesso à informação atualizada sobre os diferentes eventos esportivos, o que incrementou consideravelmente a oferta de apostas disponíveis (OLMEDA, 2010, p. 28, tradução nossa)¹.

Com isso, para melhor elucidação do tema, devemos nos atentar à classificação feita por Chagas (2016, p.42):

[...] nas apostas esportivas os indivíduos realizam criteriosos juízos das possibilidades de ocorrência de cada situação. Com efeito, nos jogos puramente de azar os resultados dos eventos são ditados exclusivamente pelo acaso, isto é, pelas regras de probabilidade. Ao contrário, tratando-se de apostas esportivas, os sujeitos efetuam rigorosa análise dos fatos relacionados aos esportes, tais como o momento das equipes no campeonato, as prováveis escalações dos times, a posição dos adversários no ranking da modalidade, bem como as diversas outras estatísticas e informações disponíveis pelas mídias especializadas.

Esse novo mercado também se beneficiou da regulamentação gradual em vários países, que enxergaram nas apostas uma oportunidade de movimentar a economia e gerar receita por meio da arrecadação de impostos. No Brasil, por exemplo, esse setor ganhou força após a aprovação da Lei nº 13.756/2018, que regulamentou as apostas a quota fixa, acarretando na entrada de várias empresas internacionais no

¹ Do original: También el cambio social y la crisis económica parecen ser otros de los motivos por los que el sector está creciendo. La población busca un tipo de ocio más económico y que permite generar ingresos extra. Asimismo, Internet se ha convertido en el principal canal de comunicación del siglo XXI lo que ha permitido que un nuevo tipo de jugadores, que buscan una cuota más de entretenimiento y se conforman con premios pequeños, irrumpen en el mercado. No sólo se ha fomentado la capacidad de los jugadores para apostar online (incluso de sus hogares), motivando la creación de foros o blogs donde los apostantes pueden además de discutir sus pronósticos acceder a información actualizada sobre los diferentes eventos deportivos, sino que se ha incrementado considerablemente la oferta de apuestas disponible.

país, tornando-se comum ver marcas de casas de apostas estampadas em uniformes de clubes, placas de estádios e em transmissões esportivas.

Posteriormente, houve o surgimento da Lei nº 14.790/23, que consolidou um novo cenário, tornando a regulamentação mais rígida e estabelecendo regras mais claras para o funcionamento das apostas esportivas no país. Tal lei determinou a tributação dos ganhos obtidos pelos apostadores, possibilitou maior segurança para os jogadores e aumentou a presença de empresas nacionais no setor, antes dominado por casas estrangeiras.

De acordo com dados recentes publicados pelo Banco Central (G1, 2025), foi revelado que os brasileiros movimentaram cerca de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões por mês em apostas online, evidenciando o crescimento exponencial desse mercado no país.

Segundo a mesma fonte, aproximadamente 24 milhões de pessoas realizaram ao menos uma transação para jogos de azar e plataformas de apostas esportivas, demonstrando como essa prática se tornou parte do cotidiano de milhões de brasileiros.

Diante da rápida ascensão das casas de apostas e da crescente presença desse mercado na rotina de milhões de brasileiros, nota-se que, ao mesmo tempo em que as bets oferecem novas formas de entretenimento e movimentam cifras expressivas, também abrem espaço para comportamentos oportunistas e ilícitos.

Sendo assim, esse grande aumento de apostas trouxe à tona a prática de ilícitos, um fenômeno que, embora não desconhecido no meio dos esportes, tomou novas proporções e meios com a vasta oportunidade de lucros vultosos oferecidos pelas casas de apostas, as manipulações de apostas.

Além disso, o crescimento das apostas esportivas tem gerado um novo campo de desafios para o Direito, especialmente no que diz respeito à fiscalização e à responsabilização dos envolvidos em condutas irregulares.

Diante desse cenário, se faz necessário compreender como essas manipulações ocorrem, quem são os envolvidos e de que maneira o sistema jurídico tem lidado com tais condutas, o que será abordado no próximo capítulo.

2 AS MANIPULAÇÕES DE APOSTAS

Como já destacado, com a globalização e popularização dos esportes, as cifras monetárias do mercado de apostas tornam-se cada vez mais expressivas, atraindo ainda mais público para as plataformas e gerando grande expansão econômica.

Com isso, esse grande aumento de apostas trouxe à tona a prática de manipulação de apostas, um fenômeno que, embora não desconhecido no meio dos esportes, tomou novas proporções e meios com a vasta oportunidade de lucros vultosos oferecidos pelas casas de apostas.

De acordo com Ferreira (2023, p. 30) “[...] estudos apontam para a existência de dois tipos de manipulação de resultados, um motivado por considerações esportivas e o outro com motivações econômicas.”

Ao explicar o primeiro tipo, Ferreira (2023, p. 31) defende que “Motivações esportivas podem incluir a busca pela vitória em uma partida ou competição, evitar o rebaixamento de divisão ou qualificação para um nível mais elevado de competição”, ou seja, a busca de resultados somente esportivos.

Já ao definir o segundo tipo, Ferreira (2023, p. 31) entende que “É importante notar que existe uma conexão intrínseca entre a manipulação de resultados e as apostas esportivas, que geralmente está ligada a motivações econômicas”, sendo estes os casos de manipulações de apostas para se obter o ganho ilícito.

Resta claro que determinada conduta é criminosa e prejudica a integridade das competições, como também viola a confiança de torcedores e apostadores, gerando efeitos devastadores para a credibilidade das entidades esportivas.

Cabe ressaltar que os grandes escândalos envolvendo a manipulação resultados esportivos ocorre no mundo todo, porém, ao se tratar do Brasil, notamos a corrupção estruturada há muito tempo, tendo em vista que, nas duas últimas décadas (O GLOBO, 2021), três ex-presidentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), sendo eles Ricardo Teixeira, José Maria Marín e Marco Polo Del Nero, tiveram

contra si aplicada a penalidade de banimento do futebol por parte da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), após o envolvimento em escândalos de corrupção.

Nesse contexto, os jogadores de futebol ocupam uma posição central nas fraudes esportivas, as quais levantam importantes questões jurídicas sobre a responsabilidade penal deles.

Ademais, a internet potencializa o exercício de direitos e serve de canal para expor ideias e pensamentos de forma mais ampla, favorecendo o exercício da liberdade de expressão. Esse direito, conforme Leal da Silva e Domingues (2023, p. 36-37), possui especial importância neste contexto, pois frequentemente é invocado para afastar a tipificação penal ou para não se reconhecer a responsabilização de quem propaga tais mensagens, sob o argumento de que estariam protegidos pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal.

Os casos recentes de manipulação de apostas esportivas ilícitas têm gerado grande repercussão no Brasil, pois o que antes era mais comum em campeonatos de menor visibilidade, agora alcança os bastidores das principais competições do país, como a Série A do Campeonato Brasileiro.

Como dispõe Mateus Venícius Parente Lopes (2023, p. 156), esse cenário tem abalado a credibilidade do esporte nacional, comprometendo não apenas o interesse de investidores e patrocinadores, mas também a confiança e o entusiasmo dos torcedores, que veem o espetáculo do futebol ser manchado por práticas fraudulentas.

Para investigar a chamada “máfia das apostas”, o Ministério Público de Goiás instaurou um conjunto de diligências que ficou conhecido como “operação penalidade máxima” (AGÊNCIA SENADO, 2023), para fiscalizar grupos que se organizam para realizar esquemas de apostas esportivas após aliciar jogadores, manipulando assim jogos do futebol brasileiro.

Um dos casos investigados envolve o zagueiro Eduardo Bauermann, que teria sido abordado por aliciadores para participar de um esquema de manipulação de apostas.

De acordo com as investigações, os intermediários solicitaram que o jogador recebesse um cartão vermelho durante uma partida, de modo a viabilizar uma aposta específica atrelada a esse evento. Bauermann aceitou a proposta e seguiu o acordo, concretizando a aposta ao ser advertido com o cartão, conforme combinado com os aliciadores.

Na decisão do caso em questão, o auditor do pleno do STJD, Luiz Felipe Bulus, proferiu o seguinte voto no acórdão:

Assim, dou provimento parcial ao recurso da Procuradoria para reformar o acórdão recorrido e condenar o atleta Eduardo Bauermann à suspensão de 360 (trezentos e sessenta) dias e multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com arrimo no artigo 243, §1º do CBJD, e em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela infração do artigo 191, III, do CBJD c/c artigo 55, VI, do RGC da CBF.

Nota-se, que a decisão puniu o jogador pelo crime do artigo 243, §1º do CBJD, qual seja:

§ 1º Se a infração for cometida mediante pagamento ou promessa de qualquer vantagem, a pena será de suspensão de trezentos e sessenta a setecentos e vinte dias e eliminação no caso de reincidência, além de multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Além disso, foi multado pela infração do artigo 191, III, do CBJD, que discorre sobre as infrações relativas à administração desportiva, às competições e à justiça desportiva:

Art. 191. Deixar de cumprir, ou dificultar o cumprimento:

I - de obrigação legal; (AC).

II - de deliberação, resolução, determinação, exigência, requisição ou qualquer ato normativo ou administrativo do CNE ou de entidade de administração do desporto a que estiver filiado ou vinculado; (AC).

III - de regulamento, geral ou especial, de competição. (AC).

PENA: multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a 100.000,00 (cem mil reais), com fixação de prazo para cumprimento da obrigação. (AC).

Outro caso de grande relevância e ainda mais atual, foi o do jogador brasileiro Lucas Paquetá, que atua no futebol inglês, e está sendo investigado por ter tomado cartão amarelo contra o Leicester, em 12 de novembro de 2022, Aston Villa em 12 de março de 2023, Leeds United em 21 de maio de 2023, e Bournemouth em 12 de agosto de 2023 (CNN, 2024).

Além das denúncias iniciais, surgiram novas acusações contra o jogador (CNN, 2025), pois, durante o período em que a Football Association (FA) estava de posse do seu telefone celular principal, o atleta teria utilizado um segundo aparelho, o qual foi posteriormente descartado após a devolução do original.

Como não há sanção detalhada, para a prática do ilícito cometido, as punições podem variar entre multa, suspensão de seis meses e o banimento do atleta de forma definitiva do esporte, que será solicitado pela federação no julgamento do caso em questão.

Esse tratamento limitado sugere que, na prática, as consequências para os envolvidos acabam se concentrando nas punições regulamentares do esporte, deixando de abordar a responsabilidade criminal e os impactos éticos e sociais mais amplos dessas ações.

Importa ressaltar outro episódio relevante, no cenário de manipulação de apostas, agora envolvendo o jogador Bruno Henrique, do Flamengo. De acordo com as investigações (CNN, 2024), ele teria forçado a aplicação de um cartão amarelo durante uma partida contra o Santos, válida pelo Campeonato Brasileiro de 2023, com a intenção de beneficiar financeiramente seus familiares, que já estariam previamente cientes da conduta do atleta e teriam realizado apostas com base nessa informação privilegiada.

Por se tratar de um caso recente, ainda não há informações de como será formalmente apresentada a denúncia, porém, após conclusão do inquérito policial (GE, 2025), Bruno Henrique foi indiciado com base no Artigo 200 da nova Lei Geral do Esporte, além do crime de estelionato.

Tais casos revelam um padrão preocupante de condutas ilícitas que ultrapassam o campo esportivo e exigem do ordenamento jurídico uma resposta mais contundente e a recorrência dessas práticas reforça a urgência de medidas eficazes para coibir a manipulação de resultados e responsabilizar, de forma proporcional, todos os envolvidos, inclusive sob a perspectiva penal.

3 ANÁLISE DA EVENTUAL PUNIÇÃO DOS ATLETAS NO CAMPO DO DIREITO PENAL

Observa-se que, nas decisões que envolvem jogadores implicados em manipulação de apostas no futebol, há uma tendência a tratar esses casos exclusivamente como infrações esportivas, sem considerar plenamente a gravidade dos atos sob a perspectiva do Direito Penal.

Embora a manipulação de apostas afete diretamente a integridade do esporte, o enfoque punitivo restringe-se ao âmbito esportivo, muitas vezes desconsiderando a aplicação dos tipos penais previstos no ordenamento jurídico, como o estelionato e a associação criminosa, por exemplo.

Tal fato levanta importantes questões sobre a suficiência da Lei Geral do Esporte, que, ao lidar com práticas criminosas em um contexto globalizado e digital, enfrenta dificuldades em aplicar sanções eficazes e dissuasórias contra os envolvidos.

Sendo assim, é perceptível a presença de uma lacuna legislativa e um desafio evidente para o sistema de justiça em investigar e responsabilizar os agentes envolvidos nos esquemas de manipulação de resultados.

Diante desse cenário, é imprescindível reconhecer que os jogadores que se envolvem em esquemas de manipulação de apostas não podem ser tratados com a mesma leveza reservada a infrações meramente esportivas, por isso, é necessário que a resposta jurídica vá além das penalidades administrativas impostas por entidades esportivas, alcançando também a esfera penal.

3.1 O CRIME DE ESTELIONATO

De acordo com a definição legal estabelecida no Artigo 171, do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), o crime de estelionato consiste em:

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

Dessa forma, como exposto por Bitencourt (2024, p. 285), o bem jurídico tutelado no crime de estelionato é a patrimônio, protegendo-se o interesse social, expresso na preservação da confiança mútua que deve orientar as relações patrimoniais e também busca resguardar o interesse público, especialmente no combate às práticas fraudulentas que resultam em prejuízos a terceiros.

Cabe ressaltar, ainda, o entendimento de Rogério Greco (2025, p. 647) acerca do bem protegido juridicamente:

Não se pode esquecer de que, por meio da incriminação contida no tipo penal do art. 171 do diploma repressivo, procura-se proteger as relações sociais com a punição do comportamento fraudulento, preservando-se, assim, a indispensável confiança que deve existir entre os membros da sociedade.

Destaca-se que, por ser um crime comum, os sujeitos do crime, tanto ativo como passivo, pode ser qualquer pessoa, sendo a que teve seu patrimônio lesado o sujeito passivo do presente ilícito, como defendido por Bitencourt (2024, p. 286).

De acordo com o mesmo autor, Bitencourt (2024, p. 289), segue a tipificação do crime de estelionato:

A ação tipificada é obter vantagem ilícita (para si ou para outrem), em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. A característica fundamental do estelionato é a fraude, utilizada pelo agente para induzir ou manter a vítima em erro, com a finalidade de obter vantagem patrimonial ilícita.

Necessário mencionar também o entendimento do doutrinador Greco (2025, p. 647) sobre a classificação do crime:

Analisando a figura típica fundamental, podemos concluir que o estelionato é um crime comum tanto com relação ao sujeito ativo quanto ao sujeito passivo; doloso; material; comissivo e omissivo (tendo em vista ser possível esse raciocínio através da conduta de manter a vítima em erro); de forma livre (pois qualquer fraude pode ser usada como meio para a prática do crime); instantâneo (podendo, ocasionalmente, ser reconhecido como instantâneo de efeitos permanentes, quando houver, por exemplo, a perda ou destruição da coisa obtida por meio de fraude); de dano; monossujeetivo;

plurissubsistente; transeunte ou não transeunte (dependendo da forma como o delito é praticado).

Diante do exposto, pode-se definir o estelionato como um crime patrimonial que se caracteriza pela obtenção de vantagem ilícita, em prejuízo de outrem, mediante o uso de fraude capaz de induzir ou manter a vítima em erro.

Para melhor explicar a tipificação do delito, Bitencourt (2024 p. 291) ressalta que “Vantagem ilícita é todo e qualquer proveito ou benefício contrário à ordem jurídica, isto é, não permitido por lei.[...]”, e que “A simples imoralidade da vantagem é insuficiente para caracterizar essa elementar típica. Prejuízo alheio, por sua vez, significa perda, dano, diminuição de lucro ou de patrimônio, pertencente a outrem.”

Trata-se, então, de um delito doloso, comissivo ou omissivo, que atinge diretamente a confiança nas relações sociais e comerciais, protegendo-se, com sua tipificação, não apenas o patrimônio individual, mas também a segurança nas interações sociais.

O estelionatário, ao se utilizar de artifício ou ardil para ludibriar a vítima, rompe com a boa-fé e compromete o equilíbrio nas relações jurídicas, razão pela qual sua repressão encontra amparo tanto no interesse público quanto na defesa da ordem econômica e social.

Logo, o estelionato não deve ser visto apenas como uma ofensa ao patrimônio de uma pessoa específica, mas sim como uma conduta delituosa que contraria diretamente a norma legal e os aspectos morais ao utilizar a fraude como meio de obter vantagem indevida, causando prejuízo a terceiros, independentemente de quem seja a vítima.

3.2 APLICABILIDADE DO CÓDIGO PENAL NOS CASOS DE MANIPULAÇÃO DE APOSTAS

A regulamentação eficaz das apostas esportivas, especialmente diante dos casos de manipulação, deve estar alinhada à proteção dos direitos fundamentais, garantindo um ambiente esportivo justo e íntegro.

Isso porque, em um Estado Democrático de Direito, é dever do ordenamento jurídico resguardar não apenas o patrimônio, mas também a dignidade das pessoas afetadas por essas práticas ilícitas. Nesse sentido, Fabríz (2010, p. 12) destaca:

Os direitos humanos fundamentais constituem a principal garantia com que a cidadania conta para que seja exercitada em sua plenitude, nos âmbitos político, social e econômico. É no Estado Democrático que se encontra a possibilidade desses direitos resguardarem a integridade e a promoção da pessoa humana nos planos individual, social e difuso.

Como já demonstrado na presente monografia, nos casos de jogadores envolvidos em manipulação de apostas, os magistrados utilizam-se apenas das sanções esportivas e da aplicação de multa monetária.

Essa abordagem limitada evidencia a fragilidade da legislação atual em lidar com práticas que, embora ocorram no âmbito esportivo, configuram verdadeiros crimes, como estelionato.

Nesse contexto, torna-se urgente refletir sobre a necessidade de uma atuação mais firme do Direito Penal, capaz de preencher essa lacuna normativa e garantir uma resposta proporcional à gravidade dos atos praticados.

Diante da inaplicabilidade do Código Penal nos julgamentos dos casos de manipulação, devemos analisar o Artigo 198 da Lei Geral dos Esportes (BRASIL, 2024):

Art. 198. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:
Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Tal artigo prevê uma punição mais rigorosa, sendo aplicado a reclusão de dois a seis anos mais multa, quando praticado o ilícito de manipulação de resultado da partida de futebol.

Nota-se que a pena exposta na lei é superior à prevista no crime de estelionato, que é de um a cinco anos mais multa. No entanto, quando a lei fala “destinado a alterar ou falsear o resultado”, refere-se a casos mais graves como receber vantagem para cometer um pênalti no adversário ou até mesmo fazer um gol contra, são ações que interferem imediatamente no resultado do jogo.

Porém, os crimes que mais ocorrem no cenário atual são os de manipulações de apostas, nos quais os jogadores recebem vantagem para receber um cartão amarelo ou ceder maior número de escanteios/laterais, não se enquadrando na tipificação do referido artigo 198 da Lei Geral do Esporte.

Dessa forma, é notória a lacuna jurídica presente no ordenamento quando se trata da punição nos casos de manipulação de apostas. A aplicação em conjunto da Lei Geral dos Esportes e do Código Penal é possível e necessário para maior punição dos atletas envolvidos nesses esquemas.

Como já demonstrado nos casos citados na presente monografia, os apostadores e os atletas parecem ter notado a lacuna jurídica prevista no ordenamento e cometem os ilícitos pensando que não irão poder responder por crime algum. Por isso, faz-se necessário a aplicação do estelionato nos casos citados para que seja suprida tal lacuna e penalizados corretamente os atletas envolvidos.

Este é, inclusive, o pensamento de Silva (MIGALHAS, 2023) sobre o assunto:

[...]É inegável, claro, que há uma infração aos preceitos éticos do esporte, possibilitando a punição dos atletas pela justiça desportiva. Mas, no aspecto estritamente criminal, se crime houve, parece ser um estelionato em que a vítima foi a casa de apostas - que teve de pagar os apostadores manipuladores -, não o esporte em si.

Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro tenha avançado com a promulgação da Lei Geral do Esporte, especialmente com a inclusão do mencionado artigo 198, que trata expressamente da manipulação de resultados, percebe-se que essa norma não alcança toda a complexidade das práticas fraudulentas atuais.

A norma foca, majoritariamente, na modificação direta e objetiva do resultado esportivo, como dito, no caso de jogadores que aceitam cometer pênaltis ou gols contra. Contudo, como já destacado, os esquemas contemporâneos de manipulação muitas vezes envolvem ações pontuais e sutis, como forçar um cartão amarelo.

O grande desafio está justamente no fato de que esses comportamentos, apesar de comprometerem a lisura da competição, muitas vezes escapam da definição mais restritiva do artigo 198 da Lei Geral do Esporte, deixando os envolvidos livres da responsabilização criminal, o que enfraquece a efetividade da legislação e incentiva a continuidade desses esquemas.

Dessa forma, aplicar exclusivamente as sanções da Lei Geral do Esporte, nesses casos, é insuficiente, o Direito Penal deve atuar como instrumento complementar e necessário para suprir as lacunas existentes, especialmente por meio da aplicação do crime de estelionato.

Como já demonstrado, esse tipo penal ajusta-se perfeitamente aos casos em que o jogador induz a casa de apostas e os demais apostadores ao erro, agindo com dolo e recebendo vantagem indevida.

O crime ocorre não apenas pelo ato fraudulento do atleta, mas também pela materialização do prejuízo causado à casa de apostas ou aos apostadores honestos, que são levados a acreditar na integridade da competição.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), inclusive, determina que, diante de omissões ou lacunas, a interpretação deve considerar os fins sociais da norma e as exigências do bem comum, sendo assim, não se trata de aplicar arbitrariamente dois dispositivos distintos, mas sim de garantir uma resposta penal eficaz à realidade atual do esporte e das apostas.

Quando se deixa de aplicar a lei penal em situações que claramente configuram práticas fraudulentas, transmite-se à sociedade a mensagem de que há permissividade ou tolerância com tais condutas.

A responsabilização penal, por sua vez, tem um efeito pedagógico e preventivo importante, ao demonstrar que o sistema jurídico está atento às novas formas de criminalidade e pronto para combatê-las com os instrumentos adequados.

É necessário que o judiciário avance, na responsabilização penal dos envolvidos, reconhecendo o estelionato como ferramenta legítima para punir condutas que, embora disfarçadas de infrações esportivas, são essencialmente fraudes contra o sistema e o patrimônio alheio.

Portanto, enquanto a Lei Geral do Esporte cumpre um papel relevante na estrutura disciplinar e organizacional do esporte brasileiro, o Código Penal deve ser interpretado e aplicado de forma complementar, para que as brechas normativas não se transformem em escudos de impunidade.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA PUNIÇÃO PENAL NA PREVENÇÃO DE NOVOS CASOS

A responsabilização penal dos jogadores envolvidos em esquemas de manipulação de apostas não deve ser vista apenas como uma forma de punição, mas também como uma ferramenta de prevenção, tendo em vista o grande aumento do número de ilícitos ocorridos recentemente.

O futebol é um fenômeno cultural de massa, amplamente acompanhado por milhões de torcedores, desta forma, sabe-se que o Direito Penal possui uma finalidade pedagógica, tendo como objetivo inibir comportamentos indesejados pela intimidação da sanção. No entanto, as consequências aplicadas, atualmente, não estão surtindo tal efeito, devendo haver consequências mais severas, para transmitir a mensagem de que fraudes e condutas antiéticas não podem ser toleradas.

Assim sendo, destaca-se o pensamento de Pedra (2021, p. 07) em sua obra “respostas do direito para uma sociedade hipercomplexa”:

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela incerteza e pela hipercomplexidade. É uma sociedade global, tecnológica, desmaterializada, digital, comunicacional, acelerada, difusa, ambiental, de risco sistêmico, heterogênea, plural, de consumo e bem-estar.

O autor aprofunda seu raciocínio ao afirmar que:

Surgem, assim, novas demandas e transformações resultantes dos processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam a sociedade atual. Essas mudanças implicam novas sociabilidades que trazem consigo novas formas de ser, de conhecer, de pertencer, de relacionar-se, de comunicar e perceber o mundo.

O pensamento de Pedra demonstra que, em uma sociedade em constante transformação, o Direito precisa acompanhar as novas formas de conduta ilícita, no caso da manipulação de apostas, o Direito Penal deve agir com firmeza e atualidade, garantindo não só a punição, mas também a proteção da ética e da integridade no esporte.

Em um contexto onde surgem novas formas de conduta ilícita, como a manipulação de apostas, é indispensável que o direito acompanhe essa evolução, reforçando a necessidade de utilizar os tipos penais já existentes, como o estelionato, para preencher lacunas legislativas e combater práticas que, embora recentes em sua forma, carregam consigo o mesmo núcleo de desonestidade e prejuízo social.

Nesse sentido, ressalta-se o entendimento de MOREIRA (2007, p. 179):

[...] nota que o Direito possui sua existência vinculada ao tempo, estando ambos relacionados com a sociedade. O problema está na falta de sincronia entre o tempo e o Direito estatista em face dos acontecimentos de uma sociedade globalizada.[...]

A análise proposta por Moreira revela a urgência de alinhar o Direito às novas dinâmicas sociais, especialmente diante de fenômenos que avançam com rapidez, como a manipulação de apostas esportivas.

Quando o ordenamento jurídico não acompanha as mudanças do tempo, cria-se um descompasso perigoso entre a prática social e a resposta estatal, o que fragiliza a eficácia normativa e incentiva a reincidência de condutas ilícitas.

Dessa forma, o Direito Penal deve atuar de maneira clara e eficaz para proteger não apenas o patrimônio econômico das casas de apostas ou dos apostadores lesados,

mas também o próprio patrimônio moral da sociedade, que vê no esporte uma expressão de honestidade, superação e meritocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a responsabilidade penal de jogadores envolvidos em esquemas de manipulação de apostas esportivas, com foco no enquadramento de tais condutas no crime de estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

A partir da análise histórica, legislativa e prática do fenômeno das apostas e de sua crescente influência no universo esportivo, pôde-se perceber uma mudança significativa no cenário das competições futebolísticas, que tradicionalmente é visto como símbolo de paixão popular e ética esportiva, passou a ser instrumentalizado por interesses econômicos muitas vezes ilícitos.

Embora existam mecanismos previstos na Lei Geral do Esporte para punir condutas que visam alterar o resultado de uma partida, esses dispositivos mostram-se limitados quando o ato fraudulento não compromete diretamente o placar, mas sim eventos paralelos que favorecem apostas específicas, como cartões, escanteios ou substituições planejadas.

O cenário é ainda mais preocupante quando se percebe que muitos desses casos são tratados de forma superficial, com penalidades que se restringem à esfera esportiva, sem responsabilização criminal adequada.

Jogadores flagrados em esquemas de manipulação frequentemente enfrentam suspensões temporárias ou multas aplicadas por tribunais desportivos, mas escapam da imputação penal, mesmo diante de condutas que, sob uma análise técnica, se encaixam perfeitamente na definição legal do estelionato.

É evidente que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não acompanhou integralmente a sofisticação das fraudes cometidas nesse novo modelo de apostas digitais, fazendo que seja imprescindível que haja uma interpretação sistemática da legislação vigente, de modo que o Código Penal e a Lei Geral do Esporte sejam aplicados de forma conjunta e complementar.

Não se trata de criar novos tipos penais, mas de aplicar corretamente os que já existem, reconhecendo que a fraude praticada com o intuito de obter vantagem indevida por meio de manipulação de resultados, ainda que indireta, é uma conduta penalmente reprovável.

Em suma, este trabalho procurou lançar luz sobre a necessidade de se aplicar, de forma efetiva, a responsabilidade penal aos jogadores envolvidos em esquemas de manipulação de apostas.

É fundamental que o ordenamento jurídico se posicione com clareza, pois, aqueles que comprometem a legitimidade das competições em benefício próprio devem responder pelas suas ações, dentro dos limites da lei, como forma de proteger o esporte, o patrimônio coletivo e a credibilidade das instituições.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Kajuru informa maior punição dos envolvidos com a máfia das apostas**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/12/kajuru-informa-maior-punicao-dos-envolvidos-com-a-mafia-das-apostas>. Acesso em: 05 maio 2025.

ATHERTON, Mike. **Gambling**. Londres: Hodder & Stoughton, 2006. E-book.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. v. 3. E-book.

BRASIL. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. Disponível em:

https://www.gov.br/mds/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/cne/arquivos/codigo_brasil_justica_desportiva.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera e revoga dispositivos legais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2018. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13756.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)**. Brasília, DF, 1942. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desporto. Brasília, DF, 11 nov. 1993. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-981-11-novembro-1993-49358-normape.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol**. Processo nº 143/2023. Manipulação de eventos esportivos – Atuação deliberada de modo prejudicial à equipe que defende – Artigo 243 do CBJD – Penalidades aplicadas a diversos atletas, incluindo Jonathan Doin, Gabriel Ferreira Neris, Kevin Joel

Lomonaco, entre outros. Pleno do STJD, Rio de Janeiro, julgado em 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.stjd.org.br/acordaos/tribunal-pleno?page=9>. Acesso em: 05 maio 2025.

CANTON, Ana Maria. **A rede lotérica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. *E-book*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_redeloterica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

CHAGAS, Jonathan Machado. **(Im)possibilidade de regulamentação das apostas esportivas no ordenamento jurídico brasileiro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/166160/TCC%20-%20Jonathann%20Machado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CNN. **Lucas Paquetá é acusado de obstrução em caso de apostas após troca de celular**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/lucas-paqueta-e-acusado-de-obstrucao-em-caso-de-apostas-apos-troca-de-celular/>. Acesso em: 05 maio 2025.

CNN. **O que se sabe sobre investigação contra Bruno Henrique em esquema de apostas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-se-sabe-sobre-investigacao-contrabruno-henrique-em-esquema-de-apostas/>. Acesso em: 05 maio 2025.

CNN. **Paquetá banido? Veja o que pode acontecer após o fim do julgamento**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/paqueta-banido-veja-o-que-pode-acontecer-apos-o-fim-do-julgamento/>. Acesso em: 05 maio 2025.

DA COSTA DOMINGUES MARTINS, L.; BONINI, Amanda Maria; STEOLA, Isabella. **Impacto social dos jogos de azar online e suas consequências democráticas**. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, v. 12, n. 12, p. 772–791, 2024. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/3487>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FABRIZ, D. C. **Editorial**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, [S. l.], n. 7, p. 11–12, 2010. DOI: 10.18759/rdgf.v0i7.76. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/76>. Acesso em: 18 maio 2025.

FERREIRA, Letícia Helen Almeida. **O controle estatal de jogos de apostas esportivas frente a mecanismos de manipulação de atos e o crime de estelionato**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Departamento de Ciências Jurídicas - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2023. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4855>. Acesso em: 10 maio 2025.

G1. **BC diz que brasileiros gastam até R\$ 30 bilhões por mês com bets e que não tem poderes para impedir uso do Bolsa Família em apostas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/08/cpi-das-bets-presidente-do-bc-diz-que-nao-sera-possivel-identificar-apostadores-que-usam-o-pix.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GE. **Bruno Henrique, do Flamengo, é indiciado pela Polícia Federal por forçar cartão e beneficiar apostadores.** Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2025/04/15/policia-federal-indicia-bruno-henrique-do-flamengo-por-forcar-cartao-e-beneficiar-apostadores.ghtml>. Acesso em: 05 maio 2025.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: artigos 121 a 212 do Código Penal. 22. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. v. 2. E-book.

LANCIANI, Rodolfo. Gamblingandcheating in Ancient Rome. **The North American Review**, University of Northern Iowa, vol. 155, no 428, p. 97-105, jul. 1892.

LEAL DA SILVA, R.; DOMINGUES, P. **A resposta jurisdicional dos Tribunais Regionais Federais brasileiros aos discursos de ódio na internet**: proteção ou violação aos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis?. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 36–37, 2023. DOI: 10.18759/rdgf.v24i1.2139. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/2139>. Acesso em: 18 maio 2025.

LIRA, Pedro Enrick Moraes de. **Os desafios para a regulamentação das apostas esportivas frente ao sistema jurídico brasileiro**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito), Centro de Ciências Jurídicas Sociais - Universidade Federal de Campina Grande, Sousa/PB. 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15330>. Acesso em: 01 abr. 2025.

LOPES, Mateus Venícius Parente. **Combate à corrupção no futebol**: o compliance criminal como instrumento de prevenção de fraudes em apostas esportivas. 2023. Artigo científico - Faculdade Internacional da Paraíba, João Pessoa. 2023. Disponível em: https://conpedi.org.br/grupo-de-trabalho/?tipo=ARTIGO_CONPEDI&grupo=1722&id-evento=90. Acesso em: 28 abr. 2025.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **História Moderna I**. São Cristóvão – SE: Universidade Federal de Sergipe – CESAD, 2009. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/16250616022012Historia_Moderna_I_Aula_1.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

MOREIRA, Nelson Camatta. **A função simbólica dos direitos fundamentais**. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, [S. l.], n. 2, 2007. DOI: 10.18759/rdgf.v0i2.45. Disponível em:

<https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/45>. Acesso em: 18 maio 2025.

OLMEDA, Alberto Palomar. **Las apuestas deportivas**. Madrid: Aranzadi, 2010.

O GLOBO. **CBF**: dos últimos quatro presidentes, três tiveram mandatos interrompidos e um acabou preso. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/futebol/cbf-dos-ultimos-quatro-presidentes-tres-tiveram-mandatos-interrompidos-um-acabou-preso-25050119>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PEDRA, A. S. **Respostas do Direito para uma sociedade hipercomplexa**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 7–9, 2021. DOI: 10.18759/rdgf.v22i1.2001. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/2001>. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA, Douglas Rodrigues da. **Bola na trave (e o cartão) não altera o placar**. Migalhas: Migalhas de Peso, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/386930/bola-na-trave-e-o-cartao-nao-altera-o-placar>. Acesso em: 10 maio 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA. **STJD agrava pena de Eduardo Bauermann e pune outros atletas**. Disponível em: <https://www.stjd.org.br/noticias/stjd-agrava-pena-de-eduardo-bauermann-e-pune-outros-xxx-atletas-por-ma>. Acesso em: 05 maio 2025.